

- REQUERIMENTO** Número / (.ª)
- PERGUNTA** Número / XVII (1 .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto: Suspensão e atrasos no grupo de trabalho para a substituição do SIRESP e contradições sobre as falhas no sistema

Destinatário: Ministra da Administração Interna

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Na sequência do apagão geral de eletricidade, ocorrido a 28 de abril de 2025, que revelou falhas graves na rede de comunicações de emergência do Estado, o Governo determinou a substituição urgente do Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP).

A evolução administrativa e cronológica deste processo apresenta as seguintes etapas fundamentais:

- 1) Constituição da equipa: através do Despacho n.º 5274/2025, de 30 de abril (publicado a 8 de maio), foi criada uma equipa de trabalho técnica e multissetorial. A missão inicial previa a entrega de um estudo técnico-estratégico, num prazo de 90 dias;
- 2) Designação da Coordenação: através do Despacho n.º 8563/2025, de 16 de julho (publicado a 24 de julho), foi formalizada a nomeação do Eng. Carlos Manuel Pereira Leitão para as funções de coordenador da equipa de trabalho. Este diploma foi subscrito pelo Ministro das Infraestruturas e Habitação, Miguel Pinto Luz, e pela Ministra da Administração Interna, Maria Lúcia Amaral;
- 3) Primeiro adiamento: em agosto de 2025, o Governo prolongou o prazo de entrega para o final de novembro de 2025;
- 4) Suspensão dos trabalhos: em novembro de 2025, os trabalhos foram suspensos após a identificação de um potencial conflito de interesses envolvendo um assessor do coordenador, Leonel Simões, proprietário de uma empresa do setor. Na ocasião, o Ministério da Administração Interna (MAI) reconheceu que o cumprimento do prazo seria "desafiante";
- 5) Alteração de coordenação e novo prazo: a 19 de dezembro de 2025, foi publicado o Despacho n.º 15088/2025, que formalizou a exoneração, a seu pedido, de Carlos Leitão e a designação de António Manuel Moreira Franco Pombeiro como novo coordenador;
- 6) Conclusão dos trabalhos: o mesmo despacho fixou o dia 31 de janeiro de 2026 como a nova data limite para a entrega do estudo.

Contudo, a 14 de janeiro de 2026, o representante do SIRESP, Vítor Judicibus, afirmou em audição parlamentar que o sistema não falhou durante o apagão, atribuindo a responsabilidade às operadoras privadas de telecomunicações. Mais, referiu que a substituição do SIRESP "não faz sentido", classificando ainda o 5G para comunicações críticas como um "mito". Estas declarações entram em contradição direta com o diagnóstico do Governo, que justifica a substituição pelas "limitações estruturais e operacionais" e pela falta de robustez do sistema atual.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Deputado do Bloco de Esquerda dirige ao Governo, através do Ministério da Administração Interna, as seguintes perguntas:

1. Confirma que os trabalhos do grupo de trabalho serão efetivamente concluídos até ao prazo de 31 de janeiro de 2026?
2. Qual é a avaliação política e técnica do Ministério sobre as declarações do representante do SIRESP que negam as falhas no sistema e contrariam a intenção governamental de substituição urgente da rede?
3. De que forma pretende o Governo garantir a "soberania sobre a componente de transmissão" invocada pelo representante do SIRESP, considerando que o sistema depende atualmente de redes comerciais privadas?
4. Foi concluído o apuramento sobre o impacto do conflito de interesses detetado em novembro de 2025 na integridade e imparcialidade dos dados recolhidos até essa data?

Palácio de São Bento, 15 de Janeiro de 2026

Deputado(a)s

FABIAN FIGUEIREDO(BE)